

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Tales Siqueira Ramos

**PRECONCEITO E RESISTÊNCIA: EXPERIÊNCIAS DE TRANSEXUAIS NO MERCADO DE
TRABALHO**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof. Dr. Raphael Bispo dos Santos.

Juiz de Fora
2024

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **TALES SIQUEIRA RAMOS**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201873177A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **PRECONCEITO E RESISTÊNCIA: EXPERIÊNCIAS DE TRANSEXUAIS NO MERCADO DE TRABALHO**, desenvolvido durante o período de 03/2024 a 10/2024 sob a orientação de **PROF. DR. RAPHAEL BISPO DOS SANTOS**, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

TALES SIQUEIRA RAMOS

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

PRECONCEITO E RESISTÊNCIA: EXPERIÊNCIAS DE TRANSEXUAIS NO MERCADO DE TRABALHO

Tales Siqueira Ramos¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo investigar as vivências de transexuais no mercado de trabalho, observando as dificuldades encontradas por essas pessoas para a qualificação profissional; a oferta de vagas formais; as experiências na informalidade; os desafios enfrentados no ambiente de trabalho e a permanência no emprego, tendo como ponto disparador a experiência de dois participantes da primeira turma formada exclusivamente por pessoas trans no curso de eletricista, oferecido pela escola SENAI Santos Dumont, em São José dos Campos - SP. O trabalho foi conduzido através de uma revisão bibliográfica onde buscou-se compreender os conceitos de gênero, identidade de gênero e sexo, abordou a diversidade de gênero no mercado de trabalho, e contou com a realização de entrevistas. Os dados coletados podem contribuir na discussão de políticas públicas que promovam a inclusão, igualdade e equidade.

PALAVRAS-CHAVE: Transexual. Transgênero. Mercado de Trabalho. Inserção Profissional

1. INTRODUÇÃO

Homens e mulheres transexuais enfrentam diariamente preconceitos e exclusões devido a sua identidade de gênero, tendo seus direitos básicos como educação, moradia, emprego e acesso à saúde negligenciados. A população transexual acaba por ser sistematicamente marginalizada, resultando em diferentes processos de sofrimento e dificuldades para se inserir na sociedade. A inserção das pessoas trans no mercado de trabalho contribui para sua autonomia financeira, sendo essencial para sua autoestima e dignidade, entretanto, essa comunidade ainda encontra grandes dificuldades para entrar no mercado formal, além de enfrentar diversos desafios no mesmo, quando conseguem uma vaga, para permanecer nela.

Este artigo tem por objetivo investigar as experiências de transexuais no mercado de trabalho, observando as dificuldades encontradas por essas pessoas para a qualificação profissional; a oferta de vagas formais; as experiências na informalidade; os desafios enfrentados no ambiente de trabalho e a permanência no emprego. No desenvolvimento do trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico que buscou compreender os conceitos de transexualidade, transgeneridade, gênero e sexo, tendo por base as autoras Berenice Bento, Judith Butler e Jaqueline Gomes de Jesus, além de artigos que abordam a questão da diversidade de gênero no mercado de trabalho. Foram realizadas também entrevistas semiestruturadas guiadas por um roteiro pré-elaborado para guiar a conversa com duas pessoas que se identificam como transexuais, ambas participantes do curso de Eletricista de Manutenção, oferecido pela Escola SENAI de São José dos Campos, que em parceria com a Associação Transbordamos e a empresa General Motors (GM), proporcionou uma turma com vagas direcionadas para pessoas trans.

O roteiro contou com sete perguntas norteadoras, que englobaram questões sobre a vida e experiências escolar e profissional dos entrevistados. O roteiro contribuiu para guiar a conversa durante as entrevistas, entretanto, durante a conversa novas questões surgiram, enriquecendo grandemente a pesquisa. Abaixo, o roteiro elaborado inicialmente:

- 1 - Qual seu nome e idade? Com qual gênero e pronome você se identifica?
- 2 - Você concluiu os estudos? Se não, quando parou e por qual motivo? Se sim como foi sua experiência?
- 3 - Você já teve experiência no mercado de trabalho formal? Como foi?
- 4 - Quais são as dificuldades que você encontra ao procurar emprego?
- 5 - Você acha que a falta de profissionalização é um problema para a inserção no mercado?
- 6 - Que tipo de incentivos, oportunidades e ações afirmativas você acha que poderiam ajudar na inserção?
- 7 - Qual sua opinião sobre iniciativas como a do curso do SENAI? Você acha que iniciativas como essas são eficazes para a inserção no mercado de trabalho?

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: tales.sramos@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Raphael Bispo dos Santos.

Sendo assim, construir dados censitários sobre a população trans e ações, projetos e iniciativas com foco nessa comunidade, é uma reparação histórica diante de uma realidade de invisibilização e marginalização, decorrente de anos de preconceito e falta de conhecimento.

2. JUSTIFICATIVA

A Associação Transbordamos nasceu em 2019 na cidade de São José dos Campos, criada e idealizada por Bruniely Lemos, mulher trans periférica, ex-presidiária, que conquistou a sua independência financeira e reintegração na sociedade como revendedora da empresa Avon. Foi dela a ideia de inscrever um projeto na primeira edição do Prêmio Juntas Transformamos de incentivo profissional para que outras pessoas trans alcançassem uma renda sem precisar recorrer à marginalidade, o qual saiu vencedora.

A Transbordamos se tornou referência na luta pelos direitos das pessoas transexuais na cidade de São José dos Campos e região, atendendo mais de 2 mil pessoas, contando com diversas comissões nas áreas como saúde, educação, orientação jurídica, cultura, empreendedorismo e assistência social. A ideia do curso com vagas direcionadas para a população transexual surgiu da iniciativa de Bruniely: em uma visita na fábrica da General Motors, ela percebeu a falta de pessoas trans entre os colaboradores e, ao questionar a ausência dessas pessoas no ambiente, a empresa respondeu que era devido à dificuldade de encontrar transexuais qualificados para as vagas. Diante dessa realidade, surge o projeto em parceria com o SENAI e a GM, tendo por objetivo qualificar e direcionar essas pessoas para o mercado de trabalho.

Homens e mulheres trans sofrem repetidamente com preconceitos e violências, ao desafiarem as normas de gêneros socialmente impostas, a população transexual é compulsoriamente marginalizada, com direitos básicos negados. O Brasil segue sendo o país que mais mata transexuais e travestis no mundo, pelo 15º ano consecutivo (ANTRA, 2023), segundo dados recolhidos e apresentados anualmente pela Associação Nacional de Transexuais e Travestis. A expectativa de vida de transexuais em nosso país é de aproximadamente 35 anos; menos da metade do restante da população, que é de 75 anos; além de que 90% da população transexual tem a prostituição como fonte de renda. Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p.12) afirma que:

Em nosso país, o espaço reservado a homens e mulheres transexuais, e a travestis, é o da exclusão extrema, sem acesso a direitos civis básicos, sequer ao reconhecimento de sua identidade. São cidadãs e cidadãos que ainda têm de lutar muito para terem garantidos os seus direitos fundamentais, tais como o direito à vida, ameaçado cotidianamente.

A estigmatização e exclusão social de algumas populações pode ser definida como uma morte social (CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2018). Sendo assim, a falta de políticas públicas para a inclusão de transexuais e o preconceito estrutural condena esses corpos à morte social, impossibilitando o acesso a direitos básicos como saúde, educação e trabalho, impactando negativamente na saúde mental e emocional dessas pessoas.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO, GÊNERO E SEXO

Considerada como sendo uma experiência identitária em que o sujeito vive em constante conflito com as normas de gênero, a transexualidade é o desdobramento de uma ordem de gênero heteronormativa que estabelece a inteligibilidade dos gêneros nos corpos (BENTO, 2008, p.19). Sendo assim, a pessoa transexual não se identifica com o gênero atribuído no nascimento, fundamentado no sexo biológico. Ao não se identificar com o sexo biológico as/os transexuais buscam formas de adequarem a sua identidade de gênero com seu corpo e expressão, passando por transições físicas e sociais para afirmar a sua identidade de gênero e buscar reconhecimento. Bento (2008) sugere ainda que a transexualidade expõe falhas na matriz de inteligibilidade de gênero, pois questiona diretamente a correspondência entre o sexo biológico e gênero.

Jaqueline Gomes De Jesus, (2012) afirma que a transexualidade é uma questão de identidade, que pode ser observada durante toda a história e em diversas partes do mundo. Segundo a autora: “Pessoas transexuais geralmente sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem, e querem ‘corrigir’ isso adequando seu corpo à imagem de gênero que têm de si. Isso pode se dar de várias formas, desde uso de roupas, passando por tratamentos hormonais e até procedimentos cirúrgicos” (JESUS, 2012, p.15).

Corroborando com o a ideia de Berenice Bento, Jaqueline Gomes de Jesus, define a pessoa transexual como aquela cuja a identidade de gênero não condiz com o sexo atribuído no nascimento, e que busca de

diferentes formas, adequar seu corpo ao gênero pelo qual se identifica. A autora ainda afirma que: “Para a pessoa transexual, é imprescindível viver integralmente, exteriormente, como ela é por dentro, seja na aceitação social e profissional do nome pelo qual ela se identifica ou no uso do banheiro correspondente à sua identidade de gênero, entre outros aspectos.” (JESUS, 2012, p.16).

A transexualidade está inserida em um conjunto mais amplo que é a transgeneridade. Jesus (2012) define transgênero como “conceito ‘guarda-chuva’ que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, o termo transgênero é amplo e inclui não só as/os transexuais como também outras formas de identidade e expressão de gênero. Resumidamente, a transgeneridade reconhece e valoriza a diversidade das experiências de gêneros, que engloba as/os transexuais, travestis, pessoas não binárias, *genderfluid* entre outras, questionando as normas binárias impostas socialmente e demonstrando a pluralidade das formas de viver e expressar o gênero.

Judith Butler propõe que o gênero é socialmente construído através de performances reiteradas ao longo do tempo para reforçar o binarismo de gênero, como aponta a autora: “O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um locus de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos” (BUTLER, 2018, p. 187).

Dessa forma, as identidades transexuais e transgêneros desafiam e desestabilizam as normas heteronormativas, evidenciando que o gênero não é uma determinação biológica, mas sim uma construção social, moldada por normas que reforçam o binarismo de gênero, que define e estabelece os limites sobre o que é ser homem e mulher.

Embora sejam comumente associados em nossa cultura, é importante destacar que gênero e sexo têm significados distintos. De acordo com Jesus (2012, p.24), gênero é a classificação social das pessoas como homens ou mulheres e sexo é a classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais. Portanto, a pessoa transexual é aquela que não se identifica com o gênero designado no nascimento adotando a identidade e expressão do gênero oposto, desafiando as normas binárias, que “suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médicojurídica.” (BUTLER, 2018, p. 37). As normas de gênero impostas socialmente, definem quais os corpos são dignos de humanidade. Assim, ao romper a matriz heterossexual, o/a transexual enfrenta o preconceito e exclusão social, impactando direta e significativamente na vida dessas pessoas.

4. A EXCLUSÃO SOCIAL DE TRANSEXUAIS

Ao assumir a identidade de gênero diferente da socialmente esperada, a/o transexual é automaticamente colocada à margem da sociedade, sofrendo violências físicas e psicológicas que se inicia na família e perpassa pela escola e mercado de trabalho. As pessoas transexuais costumam sair de casa e abrir mão do convívio familiar por motivos diversos (PERUCCHI; BRANDÃO; VIEIRA, 2014), por desinformação sobre questões relacionadas à diversidade de gênero ou por puro preconceito, pessoas transexuais são expulsas de casa em média aos 13 anos, criando assim inúmeras dificuldades para receberem apoio psicológico, educação e, posteriormente, quando adultas, ingressarem no mercado formal de trabalho (BENTO, 2008).

O ambiente escolar é outro local onde as/os transexuais enfrentam grande dificuldade de inserção e permanência. Bento (2011) diz que a escola é um espaço de reprodução do “Hetero Terrorismo”, para demonstrar que o ambiente escolar é um lugar de perpetuação do machismo e da heteronormatividade imposta pela sociedade. Isso contribui para o sofrimento de pessoas trans no ambiente escolar por meio de violências e assédios; segundo dados da pesquisa conduzida pelo defensor público João Paulo Carvalho Dias, a evasão escolar entre pessoas trans é de 82%. O abandono escolar se torna, assim, uma forma de evitar os sofrimentos vivenciados na escola, como apontam Bernardo e Souza (2014):

é possível supor que, no caso das transexuais, possa existir um círculo vicioso: o preconceito na infância prejudica sua formação e a falta de capacitação juntamente com a exclusão pelo preconceito sexual deixa-lhes poucas opções no mercado de trabalho. Elas sofrem, então, as consequências do duplo preconceito, primeiramente pela sua identidade de gênero 'não convencional' e, em seguida, pelo lugar ocupado (ou não ocupado) no mundo do trabalho (p. 162-163)

A Constituição Federal assegura que: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988). Entretanto, como pode ser observado, a população transexual tem esses direitos sistematicamente negados, e no que se refere ao mercado de trabalho, a situação não é diferente. A inserção no mercado formal de trabalho contribui para a autonomia financeira, autoestima e dignidade da pessoa. Souza (2020) diz que:

A produção e reprodução da vida humana efetivam-se pelo trabalho. É a partir dele, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social e distingue-se de todas as formas não humanas, portanto, é imprescindível reconhecer a centralidade do trabalho na vida dos indivíduos. (p. 253 - 254)

Oliveira et al. (2018) destaca que pessoas trans são impedidas de vivenciar aspectos que são comuns para a maioria das pessoas cisgêneros, tais como: acesso à educação, vivências familiares, saúde e mercado de trabalho, acarretando na extrema dificuldade de inserção e permanência no mercado formal de trabalho. Bento (2008) aponta que as violências sofridas por essa população, cria inúmeras dificuldades para ingressarem no mercado formal de trabalho. A formação escolar é um fator determinante na inserção e sucesso profissional, nesse sentido, ao terem o acesso à educação formal e profissional negado, a população transexual se vê excluída do mercado de trabalho, restando como alternativa de sobrevivência, trabalhos informais e precarizados, como aponta Souza (2020):

a falta de oportunidades as relega aos empregos informais, precarizados e a execução de atividades autônomas, seguindo a lógica do empreendedorismo pautada atualmente pelo capital, que compreendem desde a prestação de serviços (cabeleireiro, esteticista, manicure, pedicure, maquiagem, diarista, motoristas de aplicativos, vendedores de produtos alimentícios, entre outras) até atividades socialmente consideradas marginalizadas (tráfico de drogas e prostituição, por exemplo). (p. 268)

O mesmo autor argumenta sobre a “inserção que acolhe a diversidade, escondendo-a” ao se referir a cargos que geralmente são destinados a pessoas que fogem do padrão heterossexual. O autor expõe de forma crítica, que o *callcenter* é um dos locais onde mais se acolhe essa população, já que “essa inserção se dá de maneira ‘menos problemática’, por se tratar de um trabalho que tem pouca ou quase nenhuma ligação direta com os clientes, toda a relação se dá via telefone e/ou e-mail” (SOUZA, 2020, p.270).

Posto isto, Goerch e Silva (2019) fazem uma analogia simbólica dos desafios encontrados pelos transexuais no mercado de trabalho comparando-os com uma escada, “onde em cada degrau é coberto de espinhos, assim tornando-se extraordinariamente mais difícil que se chegue ao topo”.

5. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Como metodologia deste trabalho, foi utilizada a entrevista semiestruturada, com o auxílio de um roteiro pré-elaborado para guiar a conversa. O contato com as/os entrevistadas/os foi feito por intermediação da Associação Transbordamos, com o requisito de ter participado do curso de Eletricista Instalador, disponibilizado pela escola SENAI em parceria com a Associação Transbordamos e a General Motors (GM). As entrevistas ocorreram de forma presencial nos dias 05 e 08 de junho de 2024. Como forma de preservar as identidades dos entrevistados, usarei aqui os nomes Bianca e João para me referir a eles.

Bianca² tem 32 anos e se identifica como uma mulher transexual preta e mora em um bairro periférico junto com a família. Possui com o ensino médio completo e até o momento da entrevista, estava trabalhando em uma empresa de telemarketing, em São José dos Campos, interior paulista. Ela conta que terminou o ensino médio no tempo regular, mas ressaltou que na época se identificava como um “menino gay”:

² Entrevista concedida por Bianca. Entrevista 1. [jun. 2024]. Entrevistador: Tales Siqueira Ramos. São José dos Campos - SP, 2024.

T: E você concluiu seus estudos?

B: O ensino médio sim, na época não era uma pessoa transicionada ainda. Eu era uma pessoa, vamos se dizer, “dentro do armário” e foi em 2006 que eu terminei a escola.

Ao perguntar sobre como foi sua experiência no ambiente escolar, a entrevistada comenta que não sentia tanto o preconceito, já que não era transicionada ainda, e que tinha uma boa relação com professores e colegas:

T: E como foi sua experiência na escola?

B: Olha, minha experiência como um menino gay né, eu tinha muitos amigos, tinha preconceito também, mas na minha época, como era escola de bairro e a gente conviveu muitos anos todo mundo junto, era poucos os que ‘tinha’ preconceito, mas os que ‘tinha’ geralmente tratava a gente bem ruim, mas foi uma fase assim mais pra adolescente mesmo.

João³ tem 27 anos e se identifica como um homem transexual, indígena e PCD. Mora em um conjunto habitacional da CDHU com a família, na periferia de São José dos Campos e por muito tempo recorreu à reciclagem como forma de garantir uma renda. Terminou o ensino médio recentemente através da prova do ENCCEJA e atualmente encontra-se desempregado, atuando como militante da causa LGBTQIAPN+ e produzindo vídeos para as redes sociais.

T: Então João, você terminou os estudos?

J: Eu acabei de terminar, fazendo a prova do ENCCEJA.

Questiono sobre a experiência escolar dele, sobre o porquê de ter decidido abandonar os estudos e se ele já se identificava como uma pessoa trans:

T: Então você terminou depois? E você teve muita dificuldade? Em que série você parou?

J: Eu tinha parado no ensino médio primeiro grau. E foi bem difícil porque na minha história eu sempre passei por violências, inclusive no ambiente escolar, tive vários tipos de violências na escola. De alunos, também de professores, já quase me expulsaram três vezes de uma escola no ensino fundamental. Aí quando chegou um tempo eu tranquei a escola [...]

T: E você já se identificava como homem trans?

J: Sim! Eu me identifico desde os meus 3/4 anos de idade.

Ao analisar a trajetória escolar dos entrevistados, percebe-se que as suas experiências foram bastante distintas. Bianca concluiu os estudos sem grandes dificuldades, atribuindo isso ao fato de na época se identificar como um menino gay. É importante destacar que o ambiente escolar é hostil para todos aqueles que não se enquadram no padrão heteronormativo. Entretanto, pessoas gays nem sempre precisam assumir sua orientação sexual, já que sua identidade de gênero corresponde ao atribuído no nascimento. Em contrapartida, as/os transexuais, passam por modificações físicas e comportamentais para se adequarem ao gênero, o que pode aumentar a exposição ao preconceito e discriminação. A boa relação escolar da entrevistada enquanto um menino gay, pode ser atrelada ao fato dela ter estudado em uma única escola a vida toda, no bairro onde nasceu e cresceu, criando uma certa familiaridade com os colegas e professores. Apesar da boa relação, ela conta que passou por situações isoladas de discriminação, o que confirma a hostilidade do ambiente escolar com orientações sexuais e identidades de gêneros que fogem do padrão.

³ Entrevista concedida por João. Entrevista 2. [jun. 2024]. Entrevistador: Tales Siqueira Ramos. São José dos Campos - SP, 2024.

João, por outro lado, se identifica como uma pessoa trans desde a infância, e como consequência, sofreu preconceitos e violências no ambiente escolar. A diferença nas experiências vividas pelos entrevistados mostra, como aponta Bento (2011), que a pessoa transexual causa “confusões” nos “papéis” socialmente esperados e provocam, direta e imediatamente, “perturbações” na orientação sexual, uma suposição dos defensores do binarismo, evidenciando o que diz Amorim (2018):

casos mais evidentes da vivência de violências no ambiente escolar estão relacionados com as travestis e mulheres transexuais. Essas pessoas, ainda que fragilizadas emocionalmente pela violência que lhes é imputada, têm que encontrar meios de lidar com o estigma e discriminação ostensiva por parte de colegas e da equipe educacional. (p. 41)

Dessa forma, a experiência escolar das pessoas transexuais, de acordo com Amorim, “se torna precária, tanto pela escassez de políticas públicas, quanto pela manutenção da matriz heterossexista, trazendo gravíssimas consequências à escolarização dessas pessoas, entre elas, a interrupção dos estudos.” (2018)

Sobre a evasão escolar, Batista (2020) afirma que: “A negligência dos atores envolvidos no processo de educação escolar perante os atos de discriminação tem influência direta na alta taxa de evasão escolar e, por conseguinte, na realidade de marginalização e exclusão de diversos transgêneros nas atividades profissionais e na sociedade em geral.” Tal afirmação fica evidente no relato de João, que afirma nunca ter trabalhado de carteira assinada, apenas em trabalhos informais e como freelancer, relatando também já ter precisado recorrer a prostituição:

T: E experiência no mercado de trabalho formal, você já teve?

L: Enquanto adolescente eu já fiz uns bicos, trabalhei em buffet em eventos, mas nada formal.

T: E de carteira assinada?

J: Eu jamais tive um trabalho de carteira assinada, até hoje não tenho.

J: Já trabalhei na prostituição muitos anos, [...]. A pouco tempo eu parei um pouco de fazer programa né, mas se eu precisar e até não encontrar um trabalho eu voltaria por necessidade mesmo.

Quando questionado sobre os motivos pelos quais ele nunca conseguiu um emprego formal, João atribuiu três principais motivos, sendo eles:

J: O que eu vi muito pela questão do trabalho formal , era a questão anterior de ensino, que eu não tinha o ensino médio completo e a questão do preconceito e também a questão de estética .

João aponta que agora tem o ensino médio completo, mas que ainda enfrenta dificuldades devido ao preconceito por sua identidade de gênero e por conta da sua aparência física. Ele conta que devido a violências que sofreu no passado, teve sua dentição comprometida e destaca que isso o afeta diretamente, sendo um fator adicional que o impede de conseguir uma vaga:

J: porque como eu também fui atingido por causa da violência que eu fui sequestrado e tal tenho a parte da dentística afetada e etc. E a empresa muita das vezes não contrata pessoas trans pelo preconceito e aí já vem a outra ponte também, a parte estética que a empresa procura a imagem da pessoa.

O relato de João evidencia que apenas a qualificação escolar e profissional, não é o suficiente para a inserção no mercado de trabalho. Mesmo após concluir o ensino médio e o curso profissionalizante, ele tem extrema dificuldade para conseguir uma vaga, devido sua aparência física que não condiz com os padrões estéticos impostos socialmente. O mercado de trabalho privilegia certos padrões de beleza e marginaliza todos

aqueles que não alcançam esse padrão. Isso fica evidente no relato do entrevistado, que é atravessado pela interseccionalidade de suas identidades, sendo vítima de discriminação por sua identidade de gênero, etnia e classe social, atrelado ao preconceito estético, já que sua aparência não condiz com o padrão esperado socialmente. Percebe-se então, a necessidade de observar a interseccionalidade e levar em consideração as diversas formas de opressão que esses corpos sofrem.

As vivências de Bianca no ambiente profissional foram diferentes. Ela conta que conseguiu emprego assim que terminou o ensino médio, em uma empresa de telemarketing, mas que a experiência não foi boa, já que na época já apresentava traços femininos e desconforto ao usar o banheiro:

B: Olha, eu tinha emprego registrado mas na época eu era um gay, não era uma mulher trans ainda, tive um pouco de dificuldade sim, porque era uma empresa grande de Call Center, então eu tinha um pouco de dificuldade de ir no banheiro, porque na época eu já era mais feminina e tals, usava maquiagem, lente no olho, então foi um pouco mais de dificuldade sim, tinha uns carinhas que ficavam rindo, 'debochava', mas isso foi bem no comecinho assim, eu saí dessa empresa e comecei a me transicionar.

O relato de Bianca mostra o despreparo da sociedade para lidar com a transexualidade e como o ambiente de trabalho pode ser tóxico e trazer sofrimentos. Em pesquisa pioneira no tema, Rondas e Machado (2015), apresentam o seguinte relato: "*Elas eram gays masculinas antes de virar travesti. Trabalharam de carteira assinada e tudo, depois, como viraram travestis, não puderam trabalhar mais, porque a empresa não aceita*", similar ao de Bianca, que ao adotar traços do sexo oposto, passou a sofrer discriminação e preconceito no trabalho. Ao sair da empresa, a entrevistada contou que iniciou a transição de gênero, e que a partir disso passou a sentir o preconceito com mais intensidade no seu dia a dia e que não conseguiu mais emprego formal, recorrendo a empregos informais e a prostituição:

T: E depois da transição você não teve mais trabalho formal?
B: Não, não tive, eu trabalhei como 'bico' de limpar a casa das pessoas, faxina, diarista, empregos informais, loja que fazia salgados, eu trabalhei com venda de produtos de limpeza, então o mercado informal me ajudou bastante nessa parte, mas o que mais me rendia dinheiro para sobreviver, no caso, era a prostituição mesmo.

Importante observar que os entrevistados encontraram dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal devido a sua identidade de gênero. Ao assumirem a expressão de gênero pela qual se identificam, essas pessoas são excluídas do convívio social, restando a elas trabalhos em empregos informais e a prostituição. A falta de oportunidade para essas pessoas, segundo Pelúcio, "tem feito da prostituição um destino, mais que uma possibilidade de escolha" (2008).

De acordo com a entrevistada, a questão do nome social era um dos principais motivos pelo qual ela não conseguia uma vaga no mercado de trabalho. Segundo relato de Bianca, ao enviar *curriculum* tinha que usar o nome de registro, causando desconforto tanto para ela quanto para o recrutador:

B: Então, primeiramente, antigamente não tinha o nome social né, então a gente tinha que mandar o currículo com o nosso nome de registro civil, então a dificuldade era... aí chega eu lá com a aparência feminina e o nome ser outro, então a pessoas já falava 'aah', já olhava diferente, então, tipo assim, me tratavam bem na hora da entrevista, mas na hora da contratação não contratava, era bem complicado [...] Depois muitas coisas mudaram pra mim quando eu retifiquei meu nome, que daí foi aonde a minha vida começou a deslanchar assim né? vai subindo feito um avião. Aí começa a mudar os olhares das

peças para si, porque até então você acaba sendo meio que julgado, entendeu?! [...]

O relato de Bianca, corrobora com a afirmação de Rondas e Machado, quando argumentam que “a não legitimação do nome social é um dos motivos de maior constrangimento por que passam” (2015). A negativa em usar o nome social nos ambientes de trabalho pode significar uma grande barreira para a inserção e permanência no mercado formal, tendo em vista que o desrespeito a ele é uma das manifestações mais expressivas de preconceito contra a população trans no ambiente de trabalho (ALMEIDA; VASCONCELLOS. 2018).

João, por outro lado, relata não ter tido problemas com o uso do nome social e conta que geralmente não precisava contar sobre sua identidade de gênero:

J: Nessas empresas freelancer eu não me declarava homem trans, porque, como eu já passei muitos preconceitos e violências no resto, e eu não tinha de onde tirar dinheiro, então aí eu nem falava que eu era um homem trans [...]

Atualmente, Bianca se encontra em um emprego de carteira assinada, como teleoperadora em uma empresa de telemarketing. Quando questionada sobre a experiência atual, ela conta que no início foi difícil, teve problemas com um supervisor. Mas que isso passou, e que atualmente é respeitada e bem recebida por todos na empresa:

T: E nessa empresa que você está atualmente você já teve algum problema?

B: Olha, eu entrei nessa empresa em 2022, num setor de pessoa jurídica, porém nessa época o meu supervisor ele era uma pessoa bolsonarista, [...] uma pessoa que visava os padrões da sociedade então eu era meio que excluída na equipe dele, então na primeira oportunidade que ele teve, ele me cortou, aí quebrou o meu contrato [...] então eu esperei um tempo e voltei para essa mesma empresa de telecomunicação e essa empresa atualmente é muito parceira minha, todos os funcionários! Tem um respeito de supervisão a pessoa da limpeza, a pessoa da portaria, respeitam meu nome, pronome, minha pessoa, banheiro tudo! Não tenho problema com nada, sinceramente eu ganho até um pouco menos, não posso reclamar, mas em relação ao ambiente em si pra mim eu sou muito mais acolhida, então eu gosto mais, tipo assim, faz a diferença para você trabalhar num lugar que te deixa feliz.

Nota-se no relato que um ambiente de trabalho saudável é fundamental para a permanência no emprego. Ter sua identidade de gênero e nome reconhecidos e respeitados, ajudou a entrevistada a ter uma experiência melhor no mercado de trabalho, refletindo na sua performance profissional e autoestima.

Durante as entrevistas, foram feitos questionamentos sobre a experiência dos entrevistados no curso do SENAI. Quais foram os impactos na vida deles e a opinião sobre iniciativas como essas; De modo geral, ambos elogiaram o projeto. Para Bianca, que se sentiu acolhida e respeitada na instituição, o curso a ajudou em outros aspectos de sua vida, além de abrir portas para que ela fizesse outros cursos no próprio SENAI:

B: Olha, eu quando conheci a Bruniely e me ofereceram a proposta pra eu entrar num curso na escola do SENAI, eu costumo dizer assim que foi meu novo nascimento, porque nesse curso eles ensinam a gente ter postura, a se portar nos lugares mesmo que você seja julgada, criticada ou vaiada, então o projeto da transbordamos juntamente com a General Motors [...] eu fiz um curso que era de Eletricista pra mexer com energia elétrica e tal, eu me destaquei muito, aí eu fiz uma amizade com

o pessoal da escola, então eu ganhei um outro curso, eu fiz refrigeração [...] a escola do SENAI foi uma parceirona minha, todos me abraçaram, desde funcionários da limpeza a coordenação a gestão aos diretores [...] tem um apoio social dentro da escola [...] eles tem toda uma preparação psicológica na escola para ajudar até as pessoas trans que era uma coisa que eu não sabia.

T: Então você se sentiu bem acolhida?

B: Nossa Senhora! Tem amigas que eu trago até hoje, inclusive depois de um tempo que eu tinha terminado o curso de refrigeração eu participei de um projeto da escola SENAI juntamente com o CIESP e as empresas do Vale do Paraíba [...] era só para mulheres trans e cisgênero, e tipo assim esse projeto também me ensinou a conviver com outras mulheres, pra eu mostrar pra elas o meu ser mulher e elas mostrar o ser mulher delas [...]

A experiência de João combina com a relatada por Bianca. Ele acredita que a escola estava preparada para recebê-los e que se sentiu acolhido e respeitado:

T: E do curso do SENAI qual a sua opinião? O que você achou do curso em parceria com a GM e a Transbordamos?

J: Eu achei que o SENAI é um bom ambiente, teve toda uma capacitação também com professores e tal, fomos bem recebidos dentro da escola e eu espero também que tenha mais turmas e mais cursos dentro do SENAI.

No decorrer da pesquisa, vi em um post de uma rede social que João tinha realizado a prova do ENCCEJA com sucesso. O relato por ele disponibilizado na internet dizia o seguinte: [...] *teve também perguntas na prova do Encceja e a formação de eletricitista instalador também ajudou, não saberia nada sobre 'senão' tivessem ensinado no curso de eletricitista (retirado da rede social).* Ao perguntar mais sobre tal temática, ele relata que:

T: Eu vi na rede social que você terminou o ensino médio pelo ENCCEJA e você comentou que o curso do SENAI te ajudou na realização da prova, você pode falar sobre isso?

J: Então referente ao curso do SENAI, eu vi o curso e eu me interessei [...], aí eu fiz o curso do SENAI, eu passei no curso, aí eu fui fazer a prova do ENCCEJA, pelo TRANSFORMATURA [...] que é um outro projeto para formar pessoas trans, e aí naquele ano não deu pra fazer [...] como já tinha marcado a prova do ENCCEJA, eu fui no dia [...] observando a prova, as questões, eu lembrava bastante das questões que a gente aprendeu no curso de Eletricitista Instalador, então isso também me ajudou a passar na prova[...] e hoje em dia eu tenho o diploma do ensino médio completo.

É importante observar o impacto que o curso teve na vida dos participantes, atuando como uma forma de empoderamento e impulsionamento para os mesmos, sendo que o autorreconhecimento como cidadãos portadores de direitos e protagonistas das suas trajetórias de vida (MAGALHÃES; OLIVEIRA; SILVA, 2018) contribuiu para que quem participou do projeto alcançasse novas conquistas, não necessariamente ligadas à área de formação do curso. Por exemplo: Bianca voltou para o mercado de trabalho e participou de outro curso na instituição e João conquistou o diploma de conclusão do ensino médio através da prova do ENCCEJA, onde aplicou conhecimentos adquiridos no curso de Eletricitista.

Por fim, foi questionado aos participantes se a profissionalização é o suficiente e quais as iniciativas eles achavam importantes para a inserção de transexuais no mercado de trabalho formal. Os participantes deram

respostas muito semelhantes: ambos acreditam que as empresas precisam se adequar para receber transexuais no ambiente, como relatado por João:

J: Eu acho que uma boa parte sim, mas também precisa da conscientização da empresa, a capacitação também para receber pessoas trans nesses ambientes.

O relato de Bianca corrobora com o de João, e ela ainda acrescenta que o problema por vezes está no RH das empresas e sugere a necessidade da atualização do quadro de funcionários:

B: Tem que ter um trabalho nas empresas também. O curso em si é excelente, o problema geralmente está no RH das empresas [...] As ações dentro da empresa seriam com funcionários, eu acho que seria até a realização de uma troca de funcionários, com pessoas mais jovem, porque geralmente RH é pessoas que já trabalham a muitos anos com essa mesma empresa e a pessoa tem o pensamento arcaico e eles nunca pensam que aquela pessoa ali pode fazer um diferencial dentro da empresa, ela pode crescer ali dentro e ajudar de uma outra forma para fazer com que essa empresa se torne uma outra referência, eles ficam presos no mesmo núcleo.

Segundo os entrevistados, é importante a capacitação dos funcionários, gestão e parceiros da empresa. eles argumentam que muitas empresas dizem apoiar a causa LGBTQIAPN+, mas na prática não é isso o que acontece:

B: às vezes a empresa em si é uma empresa global, uma empresa que visa o tratamento das pessoas LGBTQIAPN+, porém no escopo dentro da empresa, o núcleo ali de pessoas do RH que são pessoas mais antiga [...] então eles não te dão uma oportunidade já pensando no pior [...] eles tipo estereotipam a gente muito, muito mesmo.

J: Pode existir empresas que falam que são inclusivas, que são diversidades, mas quando você for ver não é um ambiente saudável para aquela pessoa. Então além de você oferecer vagas você prepara aquele ambiente para receber essa população.

Observamos ao longo desta pesquisa que as empresas não estão totalmente preparadas para lidar com situações cotidianas relacionadas à diversidade de gênero, especialmente considerando a população transexual. Moreira destaca em pesquisa “que mesmo as empresas que entendem o valor da diversidade para o negócio e optam por contratar as minorias, como o público LGBTQ+, precisam lidar com questões de preconceito por meio de ‘brincadeiras’, chacotas, olhares de desaprovação e até de exclusão” (2022), o que valida as queixas dos entrevistados. Sendo assim, além de um discurso pró minorias, é fundamental a capacitação entre os funcionários e colaboradores, uma vez que “respeitar a identidade de gênero das pessoas transexuais e travestis é uma questão de direitos humanos” (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018).

Sobre iniciativas que julgam importantes para a inserção da população transexual no mercado de trabalho, os entrevistados têm opiniões semelhantes, argumentando que o governo, em todas suas instâncias, deveria criar projetos de incentivo para garantir a inserção profissional e a segurança das pessoas trans. Para João, é importante também colocar a equidade em prática:

J: Eu acho que o ‘oferecimento’ de mais cursos para as pessoas trans se especializar, porque aí você já tá trabalhando a igualdade e você tá trazendo a equidade, porque aí você tá

dando a oportunidade daquelas pessoas competir de maneira igual e no mesmo patamar que uma pessoas cisgênero.

B: olha eu acho que o que mais falta é o apoio do governo, devia criar algum projeto que incluía as pessoas trans para que elas tenham mais oportunidades de conhecimento. [...] Então tinha que ter conscientização nas escolas, tinha que ter conscientização da própria prefeitura em si. [...] ajudar eles desde o ensino fundamental, médio para que eles saiam dali já com proposta de emprego.

Bianca aponta uma necessidade de acompanhamento médico e psicológico adequados, denunciando a ignorância da saúde pública em relação aos corpos trans:

B: [...] tipo assim, muitas pessoas trans precisam de ter uma ajuda psicológica, mas o governo mesmo não tem uma estrutura de saúde para pessoas trans. [...] eu to fazendo uns exames, eu cheguei lá e tal e a médica, 'mas você tá menstruando certinho?' Pô! Eu sou uma pessoa trans cara!

Ainda considerando o acesso a serviços públicos, Bianca defende a criação de cotas em universidades para pessoas trans⁴, argumentando que devido a marginalização, transexuais não têm os mesmos acessos e condições que cisgêneros:

B: [...]eu quero fazer uma faculdade e eu não participo de uma cota, eu não tenho participação de cota e outras pessoas tem. Então eu que sou uma pessoa que vem de uma margem excluída da sociedade podia ter uma oportunidade melhor e isso é uma coisa que o governo poderia ajudar. [...]
B: [...] queria que tivesse cota em faculdades que pudessem ajudar pessoas como eu, tipo agora eu quero estudar, mas se tivesse uma cota algo assim ajudaria muito.

Mecanismos que visam superar desigualdades históricas e promover a igualdade de oportunidades para grupos marginalizados, a oferta de cotas e cursos para pessoas transexuais é uma forma de garantir a essa comunidade oportunidades iguais aos de cisgêneros, já que “cotas são uma forma específica de ação afirmativa, que visa garantir o acesso e a permanência de pessoas transexuais em instituições de ensino e no mercado de trabalho” (DOMINGUES; SENA, 2023, p. 48).

Em suma, observa-se que ambos os entrevistados tiveram diferentes experiências tanto na formação básica, quanto ao tentar entrar no mercado de trabalho. É nítido que, tal qual os filhos e filhas de muitas famílias das periferias, quando atingem a maturidade de tomar suas próprias decisões, são pressionados a conquistar sua independência financeira e buscam as oportunidades mais fáceis e de retorno mais imediato, pois sua subsistência, em muitos dos casos, passa a ser responsabilidade exclusiva do indivíduo, mesmo que residindo sob o mesmo teto do grupo familiar.

Para a população trans, o agravante do preconceito, que gera incômodo extremo e pode culminar na expulsão ou abandono forçado do lar, acaba por exercer mais um tipo de pressão, levando muitas pessoas a reprimir uma identidade sexual até alcançar a sua tal independência. Combina-se então todo o preconceito e exclusão; a falta de profissionalização, fruto da negligência na educação; e os apelos sociais que já atingem toda população, cis ou trans, como conquistar a casa própria, buscar a estabilidade financeira e emocional, ter sucesso profissional e realizações bens e viagens.

⁴ Nos últimos anos pode-se observar um movimento visando a implementação de políticas de cotas para pessoas trans em universidades públicas, por exemplo, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) adotou o sistema em 2019, e a de Santa Catarina (UFSC) em 2023.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as entrevistas, foi possível perceber que o preconceito e a exclusão acompanham a vida das pessoas trans. Da escola ao mercado de trabalho, transexuais encontram extrema dificuldade de inserção e essa exclusão social causada pela transfobia dificulta o acesso da população transexual à direitos básicos.

Na análise das entrevistas pode-se perceber que ao assumirem sua identidade de gênero, os participantes desta pesquisa foram excluídos do convívio social. João passou por diversas dificuldades em sua trajetória de vida: se identifica como um homem trans desde a infância e teve o acesso à escola e emprego negado, devido a diversas violências físicas e morais. A experiência de Bianca também ilustra bem essa exclusão: como um “menino gay” até os 19 anos, teve uma convivência social sem tantas situações de preconceitos, e ao romper com o padrão de gênero esperado e assumir sua identidade, se viu à margem da sociedade.

Essa exclusão estrutural condena grande parte da população trans a recorrer a informalidade e a prostituição, conforme dados da Antra (2017): “90% da população de transexuais e travestis utilizam a prostituição como fonte de renda, e possibilidade de subsistência, devido à dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e a deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social, familiar e escolar.”

Percebe-se a importância de iniciativas como a da parceria entre o SENAI, a empresa GM e a Associação Transbordamos, ressaltando a intercomunicação entre os setores da sociedade, sendo a escola uma instituição privada que recebe recursos públicos (estado); a empresa uma instituição privada (mercado); e representado o terceiro setor e a sociedade civil, a ONG Transbordamos. O impacto do curso na vida dos entrevistados foi significativo, contribuindo para o desenvolvimento profissional e pessoal dos participantes. É visível a falta de ações do poder público para garantir a dignidade de transexuais e o enfrentamento à transfobia estrutural, que depende de toda a sociedade.

Por fim, considerando as limitações desta pesquisa, como o número reduzido de entrevistados e o recorte regional, sugere-se que futuras pesquisas sejam realizadas em outras regiões e com maior número de entrevistados, para aprofundar a compreensão sobre o tema e ampliar o debate na busca por dignidade e equidade para a população trans.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Aline. **Evasão escolar entre travesti é bem maior**. 2016. Disponível em: <<https://flacso.org.br/2016/05/23/evasao-entre-travestis-e-bem-maior/>> Acesso em: 04 ago. 2024.
- ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. **Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?**. Revista Direito GV, v. 14, p. 303-333, 2018.
- AMORIM, Sylvia Maria Godoy. **Escola e transfobia: vivências de pessoas transexuais**. 2018.
- BATISTA, Suelen Mazza et al. **JORNADA TRANS: Um Estudo Acerca da Trajetória de Travestis e Mulheres Transexuais no Mercado de Trabalho do Recife**. Perspectivas Contemporâneas, v. 15, n. 2, p. 144-166, 2020.
- BENEVIDES, Bruna G; SIMPSON, Keila. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, jan, 2018.
- BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais)–Brasília, DF: Distrito Drag, 2023..
- BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.
- BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Revista Estudos Feministas, v. 19, p. 549-559, 2011.
- BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora José Olympio, 2018.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. **Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade**. Texto & Contexto-Enfermagem, v. 27, n. 2, p. e3770017, 2018.

DOMINGUES, Jonathan Machado; SENA, Matheus Reuter. **Dinâmicas de inclusão e exclusão: Uma análise das políticas de cotas para pessoas transexuais no contexto brasileiro**. Direitos Democráticos & Estado Moderno, v. 3, n. 9, p. 43-60, 2023.

GOERCH, Alberto Barreto; SILVA, Denise Regina Quaresma da. **Inclusão social e diversidade de gênero de pessoas transexuais no mercado de trabalho brasileiro**. Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**, v. 2, p. 42, 2012.

MAGALHÃES, Ítalo S; OLIVEIRA, Lucicláudia S; SILVA, Laiza R. C. **Uma nova porta se abre: a inserção de travestis e transexuais no mercado de trabalho formal após o Programa Transcidadania**. São Paulo, 2018.

MOREIRA, Edson da Silva et al. **PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE LGBTQIAP+ SOBRE PRÁTICAS DE INCLUSÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL EM EMPRESAS DE NAVIRAÍ-MS**. 2022.

OLIVEIRA, José Wellington de et al. **“Sabe a minha identidade? Nada a ver com genital”: vivências travestis no cárcere**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 38, n. spe2, p. 159-174, 2018.

PELÚCIO, L. **Travestis brasileiras: singularidades nacionais, desejos transnacionais**. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 26ª, 2008, Porto Seguro. Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, p. 2.

PERUCCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. **Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays**. Estudos de Psicologia (Natal), v. 19, p. 67-76, 2014.

RONDAS, Lincoln de Oliveira; MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão**. Pesqui. prá. psicossociais, São João del-Rei, v. 10, n. 1, p. 192-205, jun. 2015.

SOUZA, Heloisa Aparecida de; BERNARDO, Marcia Hespagnol. **Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional**. Bagoas-estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 8, n. 11, 2014.

SOUZA, Luiz Henrique Braúna Lopes de. **Trabalho e diversidade sexual e de gênero: dilemas entre a inserção econômica e social no mercado de trabalho e as estratégias de sobrevivência da população LGBT**. Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, v. 3, n. 10, p. 252-275, 2020.